



REQUERIMENTO      Número      /XIII (      .ª)

PERGUNTA      Número      /XIII (      .ª)

**Assunto: CTT falham todos os indicadores de qualidade de serviço postal**

**Destinatário: Ministério das Infraestruturas e Habitação**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

Os CTT são uma empresa histórica e um marco para o desenvolvimento do país. A privatização, levada a cabo pelo governo PSD/CDS em 2013, veio colocar em causa a qualidade dos serviços de correios com que os portugueses contam desde há muito. Na verdade, a gestão privada dos CTT tem-se pautado por inúmeros erros, falhas graves no cumprimento dos indicadores de serviço postal e desrespeito pelos direitos dos trabalhadores.

Mesmo assim, a gestão privada tem optado, em anos anteriores, por distribuir dividendos pelos acionistas acima dos resultados líquidos obtidos, o que é naturalmente reprovável. Esta prática não acontecerá este ano, tendo já sido amplamente noticiado pela gestão dos CTT que, devido à crise pandémica, não ocorrerá nenhuma distribuição de dividendos.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem vindo a bater-se, por inúmeras vezes, pela necessidade urgente de proceder à renacionalização dos CTT, voltando a uma gestão pública para um serviço que deve ser universal.

Mais recentemente, foi noticiado algo que, infelizmente, não surpreende: os CTT falharam todos os indicadores de qualidade do serviço postal em 2019, segundo informação comunicada pela própria administração. Já em 2016, 2017 e 2018 tinham falhado alguns dos objetivos previstos para cada indicador de qualidade.

Num contexto em que, ano após ano, a administração privada dos CTT falha em tudo, as justificações avançadas publicamente pela administração não podem ser, sequer, consideradas sérias. Num comunicado público, a administração recusa-se a aceitar qualquer responsabilidade, numa atitude que denota um desinteresse reiterado pela missão de serviço postal universal que os CTT devem ter.

As responsabilidades são sempre de outros: da ANACOM que tem critérios muito exigentes, dos trabalhadores que fazem greve, da baixa do desemprego, de cortes de energia. Qualquer argumento serve para descartar qualquer responsabilidade. Esta atitude não é aceitável de nenhum ponto de vista, nem o Governo pode aceitar esta complacência reiterada e falhas gravíssimas da administração privada dos CTT ao longo dos últimos anos.



O contrato de serviço postal termina no final deste ano e poucas garantias existem para a manutenção de um bom serviço. O Ministro das Infraestruturas e Habitação, numa das últimas discussões em plenário da Assembleia da República sobre a nacionalização dos CTT indicou que a negociação do novo contrato de serviço postal deve ter em conta os melhores indicadores de qualidade e mecanismos de garantia de cumprimento dos mesmos.

Preocupa-nos que a situação se mantenha nestas condições, apesar dos avisos, ano após ano, de que esta opção de gestão privada de um serviço que, por natureza, deve ser público é altamente lesiva para o erário público, mas também para utentes e trabalhadores.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:*

1. Que análise faz o Governo a avaliação dos indicadores de qualidade de serviço postal atingidos pelos CTT em 2019?
2. Tendo em conta que esta situação, como pretende o governo fazer assegurar, junto da administração dos CTT, dos serviços essenciais e a sua qualidade?
3. Considerando que o contrato de serviço postal terminado no final de 2020, em que critérios e mecanismos está a governo a trabalhar para um futuro contrato por forma a garantir que o serviço postal volta a ganhar relevo e qualidade, aliando digitalização com a necessidade de chegar a todo o território e a todos os cidadãos, por forma a fazer cumprir o seu papel de fator de coesão territorial e social?
4. Está o governo a ponderar a nacionalização dos CTT? Se não, pondera o governo ter capacidade de decisão ao nível da gestão executiva da empresa, visto que a gestão privada não tem assegurado quaisquer indicadores de qualidade e apenas tem servido para distribuir dividendos acima de lucros?

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2020.

**A deputada  
Isabel Pires**